


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003074-11.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

JOSÉ EDUARDO JACINTO alega que nunca contratou com o BANCO DO BRASIL S/A e, todavia, este o negativou por conta de dívida inexistente, talvez em razão de contrato celebrado por terceiro, fraudulentamente, em seu nome. Sob tais fundamento, pediu: inclusive liminarmente, o cancelamento da negativação; a declaração de inexistência do débito; indenização por danos morais.

O juízo concedeu liminar para excluir as negativações (fls. 25/26) e o réu, após citado, apresentou contestação (fls. 34/48) descabimento da liminar concedida, que agiu no exercício regular de direito, que na hipótese de contratação fraudulenta por terceiro atuou de boa-fé e sem falhar na prestação dos serviços, tendo havido a culpa exclusiva de terceiro, assim como a inocorrência de danos morais indenizáveis em que alega, antes de mais nada, que a pretensão do autor está prescrita porque desde a negativação em 24.09.07 transcorreu prazo superior aos três anos previstos no art. 206, § 3º, V do Código Civil, e, quanto ao mérito, que a instituição financeira agiu de boa-fé, sem qualquer negligência, tendo havido culpa exclusiva do terceiro que praticou a fraude, aduzindo ainda a inexistência de danos materiais e danos morais.

Houve réplica (fls. 88/90).

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, aproveitadas e invocadas, também, as regras de experiência (art. 335, CPC).

Os pedidos devem ser acolhidos.

O autor nega a contratação com o réu. *A decisão de fls. 25/26 disse textual e expressamente que ao réu cabe a prova do fato positivo, isto é, a existência da dívida justificadora da negatificação.* O réu, contudo, no momento próprio – da contestação –, não trouxe qualquer prova referente ao contrato que teria celebrado com o autor. Ausente tal prova, confirmam-se as alegações da inicial.

Sendo assim, o contrato não foi celebrado pelo autor, daí exsurgindo a falha na prestação dos serviços pelo réu, que negativou indevidamente o autor, abalando o seu crédito, lesando-o moralmente.

O banco é responsável, e sua responsabilidade é objetiva (art. 14, caput, CDC), sendo que não comprovou a culpa exclusiva do autor da suposta fraude (art. 14, § 3º, II, CDC) ou outra excludente. Supondo-se a contratação por terceiro, fraudulentamente, dos autos não há evidência de que tenha havido, vg., a fiscalização da congruência das assinaturas constantes dos documentos pessoais apresentados pelo terceiro com aquelas de que valeu-se o estelionatário por ocasião da celebração do contrato, e também não adotou medidas extras de cautela, como a exigência de firma reconhecida; assumiu risco, portanto, inerente à sua atividade, sendo tal assunção de risco o próprio fundamento de sua responsabilização civil.

À guisa de conclusão, temos que a dívida não existe, procedendo o pedido indenizatório, e que o abalo moral à honra

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

objetiva do autor, pela negativação, é presumido, procedendo também o respectivo pedido indenizatório.

Quanto ao montante da indenização, é razoável fixá-la em R\$ 5.000,00, segundo critérios de proporcionalidade.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e: DECLARO a inexistência da dívida; EXCLUO definitivamente as negativações, confirmando a liminar; CONDENO o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, com atualização monetária desde a presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação; CONDENO o réu nas custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 27 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**